

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

52/2026

Editado por

987517-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR INDIANARA CRISTINA PIRES

Atualizado em

11/05/2026 16:10 (v 0.11)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado

Número da
ContrataçãoProcesso
Administrativo

003/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a implantação de 10 estufas para cultivo protegido de olerícolas no Município de Congonhinhas, compreendendo a aquisição dos materiais e a execução dos serviços de construção/instalação, com entrega das unidades concluídas e operacionais nos imóveis rurais de agricultores familiares selecionados pelo município, conforme Projeto Técnico anexo, no propósito de fortalecer a economia municipal, elevar a produtividade e ampliar a oferta regular de alimentos saudáveis.

ITEM 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição e instalação de Estufa Agrícola, Modelo Bandeirantes de 960m ² , dimensionada nas medidas de 20 metros de largura x 48 metros de comprimento com sistema de irrigação por gotejamento.	14222	unidade	10	29.060,10	290.601,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. A validade do Contrato será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3.1. Em caso de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Publicação do Extrato do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A aquisição não tem caráter continuado tendo em vista que se trata de aquisição única.

1.7. A presente requisição se refere a abertura de Processo Licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, menor preço, compreendendo o fornecimento integral dos materiais, a montagem e instalação completas com mão-de-obra especializada, bem como a implantação do sistema de irrigação por gotejamento, devendo as unidades ser entregues totalmente concluídas, testadas e em pleno funcionamento, em cada propriedade rural pré-selecionada em Chamamento Público exclusivo, sem custos adicionais.

1.7.1 A empresa contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas vigentes, em especial aquelas relacionadas à segurança do trabalho, à durabilidade das estruturas, à qualidade dos materiais empregados e à eficiência do sistema de irrigação, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos, falhas ou vícios decorrentes da execução dos serviços.

1.7.2. As estufas deverão ser implantadas em locais previamente definidos pela Administração Municipal, em áreas ocupadas e manejadas por agricultores familiares beneficiários, respeitando as orientações técnicas do projeto e as diretrizes da fiscalização.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. O prazo para execução do objeto será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço que consta a Secretaria que solicitou.

1.10. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período deste que a empresa contratada apresente justificativa e a mesma seja aprovada pela secretaria solicitante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Item 2), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrição da solução

3.1. A solução proposta consiste na aquisição e implantação de 10 (dez) estufas agrícolas modelo Bandeirante ou similar, com área mínima individual de 960 m² (20 m x 48 m), incluindo fornecimento de materiais, montagem, instalação e sistema de irrigação por gotejamento, e testes operacionais e entrega das unidades em pleno funcionamento, destinadas a agricultores familiares do Município de Congonhinhas – PR.

3.2. Especificações técnicas mínimas

As estufas deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações:

3.2.1. Estrutura em madeira tratada (eucalipto) ou material equivalente aprovado no Projeto Técnico; Área mínima individual de 960 m² (20 m x 48 m);

3.2.2. Cobertura em filme plástico agrícola difusor de luz, com proteção UV e espessura mínima de 200 micras;

3.2.3. Sistema de irrigação por gotejamento completo, incluindo mangueiras, gotejadores, conexões, registros e acessórios;

3.2.4. Aberturas laterais enroláveis para ventilação natural; Portas e demais acessórios necessários ao adequado manejo das culturas.

3.3 Ciclo de vida do objeto

3.3.1. Implantação: fornecimento, montagem e instalação conforme Projeto Técnico;

3.3.2. Uso e manutenção: estruturas projetadas para uso contínuo, com manutenção preventiva e corretiva de baixa complexidade;

3.3.3. Impacto socioeconômico: aumento da produtividade, geração de renda e fortalecimento da economia rural;

3.3.4. Impacto ambiental: uso racional da água e redução de perdas produtivas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação tem por finalidade a aquisição e implantação de 10 (dez) estufas agrícolas modelo Bandeirante ou similar, com área mínima individual de 960 m² (20 m x 48 m), incluindo o fornecimento integral de materiais, sistemas, equipamentos e a execução completa da montagem, instalação e testes operacionais, destinadas a agricultores familiares do Município de Congonhinhas-PR.

Compete à contratada:

4.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.2.1. A futura Contratada deverá prestar os serviços com qualidade, e em observância ao circunstanciado no instrumento convocatório/edital e seus anexos, bem como em observância ainda aos ditames da Lei N° 14.133 /21.

4.2.2. Executar o objeto de acordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no Projeto Técnico – Anexo 20 e no Plano de Trabalho – Anexo 19.

4.2.3. As Contratadas deverão disponibilizar os itens solicitados dentro de um prazo de 10 (dias) dias contados a partir da emissão da solicitação de fornecimento.

4.2.4. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2.4.1. Fornecer todos os materiais, estruturas, insumos, sistemas de irrigação por gotejamento, equipamentos e acessórios necessários à perfeita execução do objeto.

4.2.4.2. Disponibilizar mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para garantir o cumprimento dos prazos e da qualidade técnica exigida.

4.2.4.3. Observar integralmente as normas de segurança do trabalho, fornecendo aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados.

4.2.4.4. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga, montagem e instalação das estufas agrícolas nos locais definidos pela Administração.

4.2.4.5. Garantir a qualidade, resistência e estabilidade estrutural das estufas, bem como o pleno funcionamento do sistema de irrigação por gotejamento.

4.2.4.6. Providenciar profissional legalmente habilitado para acompanhamento da montagem e instalação das estufas, bem como emitir a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme Lei Federal nº 6.496/1977.

4.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os objetos com avarias e/ou defeitos;

4.2.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.2.10. Submeter-se à fiscalização da Administração Municipal, atendendo prontamente às orientações do fiscal do contrato.

4.2.11. Promover, sem ônus adicional para a Administração, os ajustes, correções ou substituições necessárias e em caso de falhas, defeitos ou desconformidades identificadas.

4.2.12. Manter o local de execução limpo e organizado, responsabilizando-se pelo descarte ambientalmente adequado de resíduos eventualmente gerados.

4.2.13. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por encargos decorrentes da execução do objeto.

4.3. O prazo máximo para execução da implantação das estufas agrícolas será de 90 (noventa dias) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Condições de Fornecimento

4.4. O transporte deverá ser realizado em veículos adequados, limpos e protegidos, de forma a garantir a integridade e qualidade dos materiais até o local de entrega.

4.5. Não será admitido o fornecimento de produtos reutilizados, reciclados sem certificação, ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade exigidos.

Entrega e critérios de aceitação do objeto

4.6. O recebimento do objeto observará as seguintes etapas:

4.6.1. Recebimento provisório, após a conclusão da montagem, instalação e testes operacionais, mediante vistoria e atesto do fiscal do contrato.

4.6.2. Recebimento definitivo, após o prazo de observação previsto neste Termo de Referência, desde que constatada a conformidade técnica, estrutural e funcional das estufas implantadas.

Controle e Aceitação

4.7. A Administração realizará inspeção visual e técnica no ato da entrega, podendo recusar total ou parcialmente os produtos que não estejam em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

4.8. Caso sejam identificadas irregularidades, a contratada deverá substituir os produtos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

4.9. A contratada será responsável por garantir a qualidade dos produtos durante todo o período de fornecimento.

Capacidade Operacional da Contratada

4.10. A contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para:

4.10.1 fornecer os quantitativos solicitados dentro dos prazos estabelecidos;

4.10.2 manter padrão uniforme de qualidade;

4.10.3 atender prontamente às solicitações da Administração;

4.10.4 substituir produtos com defeito ou fora de especificação;

4.10.5 assegurar regularidade no fornecimento durante toda a vigência contratual.

4.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos dentro de um prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.12. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.12.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.14. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Subcontratação

4.16. Para estes objetos não será permitida a subcontratação, uma vez que, compreende-se que empresas do ramo detêm as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente os objetos deste processo, uma vez que não possuem complexidade ou características de execução que justifiquem admitir a subcontratação.

Garantia da contratação

4.17. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, como condição para a formalização do ajuste, tendo em vista a relevância do objeto, o valor envolvido e a necessidade de assegurar a fiel execução contratual.

4.18. A garantia tem por finalidade resguardar a Administração Pública quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, especialmente no que se refere à qualidade dos materiais fornecidos, à correta execução da montagem e instalação das estufas agrícolas, ao atendimento dos prazos estabelecidos e à entrega das unidades em pleno funcionamento, conforme definido neste Termo de Referência, no Projeto Técnico e no Estudo Técnico Preliminar.

4.19. Além disso, há que se destacar que se tratam de serviços de execução imediata e de natureza não continuada, conforme art. 96, §1º, I, da Lei 14.133/21.

Fornecimento

4.20. Estes objetos não serão considerados como de fornecimento contínuo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As solicitações dos serviços serão emitidas pelo CONTRATANTE, e serão formalizadas através de “Nota Empenho”, Solicitação de Fornecimento e será levado a efeito por meio de e-mail ou outro meio disponível ao CONTRATADO.

5.2. O fornecimento deverá ser realizado por profissionais e por meios habilitados, mediante solicitação com indicação dos quantitativos pela Secretaria Municipal requisitante.

5.3. Quando do recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento via e-mail ou por qualquer ou meio eletrônico, bem como pessoalmente, fica a contratada desde já ciente da solicitação.

5.4. O contratante utilizará os dados apresentados pela contratada na documentação apresentada no certame licitatório para comunicação das solicitações e demais comunicações, devendo a contratada atualizar os dados cadastrais junto ao contratante;

5.5. Havendo alteração de dados cadastrais pela contratada sem aviso prévio ao Contratante, poderá haver aplicação de sanções/penalidades cabíveis.

5.6. O CONTRATANTE realizará a aquisição dos objetos deste edital conforme demanda, necessidade ou disponibilidade de recursos orçamentários.

Condições de execução

5.7. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.7.1. O contratado terá até 10 (dez) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, para iniciar à solicitação de fornecimento;

5.7.2. A prestação dos serviços devem ser ocorrer conforme edital, sem qualquer custo adicional, nos termos abaixo.

5.7.3. Em relação aos serviços licitados, não serão aceitas como justificativas para o descumprimento das obrigações ajustadas as opções de gestão próprias das contratadas.

Da faculdade da contratação

5.8. A presente contratação insere-se no âmbito da faculdade discricionária da Administração Pública, exercida de forma motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando o planejamento administrativo, a disponibilidade orçamentária e o atendimento ao interesse público

5.9. A opção pela contratação decorre da necessidade de implementar ações de fortalecimento da agricultura familiar, por meio da implantação de estufas agrícolas destinadas a agricultores previamente selecionados, conforme previsto no Programa Rota do Progresso do Governo do Estado do Paraná, no Plano de Trabalho – Anexo 19 e no Projeto Técnico – Anexo 20.

5.10. A contratação visa assegurar a correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao convênio estadual, a consecução das metas pactuadas e a mitigação de riscos de prejuízo ao erário, sendo a solução adotada considerada adequada, necessária e vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

5.11. Assim, a Administração exerce sua faculdade de contratar, de forma planejada, fundamentada e alinhada às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório.

Locais e horário da prestação dos serviços

5.12. Os serviços serão prestados em locais previamente identificados, indicados nos anexos deste processo, podendo ser informados e visitados posteriormente com acompanhamento do gestor e do fiscal do contrato.

Especificação da garantia do serviço

5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.14. A contratada fica ciente também da obrigação de fornecer durante o período de garantia de, às suas expensas, as alterações, substituições e reparos quando constatado anomalia, vício ou defeito, bem como falhas ou imperfeições constatadas no objeto.

5.15. Caso seja necessária a reparação de qualquer objeto deste edital, estando fora da especificação contratada, com defeitos ou desajustes, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação efetuada pelo CONTRATANTE. 5.16. O prazo acima de 05 (cinco) dias, poderá ser reduzido para 01 (um) dia nas situações de urgência.

5.17. Os custos para substituição/reparação do objeto, DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme acima, serão exclusivamente da CONTRATADA.

Demais condições

5.18. No preço, deverá estar incluso todas as despesas para o fornecimento do objeto fracionado ou na sua totalidade nos termos apresentados neste instrumento, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, honorários, lucro, bonificações, impostos, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.

5.19. A CONTRATADA terá total responsabilidade com todos os custos, equipamentos, produtos, ferramentas e equipe técnica / pessoal habilitado para o fornecimento dos objetos.

5.20. A contratada será responsável por toda e qualquer despesa previdenciária / FGTS / encargos trabalhistas e demais exigidas na legislação vigente, isentando a contratante de qualquer acordo extrajudicial, bem como processo judicial.

Obrigações da Contratante

5.21. São obrigações da Contratante:

5.21.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.21.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.21.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.21.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão /servidor especialmente designado;

5.21.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.21.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado de forma fiel pelas partes, observando-se as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por servidores formalmente designados por Portaria Municipal, em consonância com o disposto nos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhes o acompanhamento sistemático da execução contratual, a verificação da conformidade do objeto entregue e a adoção das providências necessárias à salvaguarda do interesse público.

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, Sra. Lucinei Vernier de Macedo – Portaria 116/2022, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato, será realizada por servidor formalmente designado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no convênio e no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.17. Fica designada como Gestora Municipal do Contrato a servidora Indianara Cristina Pires, competindo-lhe a coordenação geral da execução contratual, a interlocução com a contratada, o acompanhamento dos prazos, bem como a adoção de medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, sem prejuízo das atribuições do fiscal do contrato.

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 156 a 178 da Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

7.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3.4. Multa:

7.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.3.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3.4.7.1. São considerados itens específicos de inexecução parcial que justificam penalidade diversa: atraso injustificado em etapas intermediárias, descumprimento de especificações técnicas secundárias que não inviabilizem o uso do objeto, falhas na documentação acessória exigida para entrega, ou qualquer outro descumprimento contratual que não comprometa substancialmente a utilidade final do objeto.

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. 7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar;

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9.2. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para a execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento de materiais, montagem, instalação, sistema de irrigação por gotejamento e entrega das 10 (dez) estufas agrícolas em pleno funcionamento, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e de seus anexos.

Exigências de habilitação:

9.3. Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar:

9.3.1. regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante apresentação das certidões exigidas pela legislação vigente;

9.3.2. regularidade junto ao FGTS e à Receita Federal;

9.3.3. qualificação técnica, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) experiência anterior compatível com o objeto da contratação, especialmente na implantação de estufas agrícolas ou estruturas similares;

9.3.4. cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

9.3.5. declaração formal de que tomou conhecimento das condições locais de execução do objeto.

9.4. A contratada deverá fornecer integralmente os materiais, estruturas, sistemas de irrigação, equipamentos, ferramentas, mão de obra e demais insumos necessários à execução do objeto, não cabendo à Administração Municipal qualquer responsabilidade quanto a esses fornecimentos.

9.5. O fornecimento e a implantação das estufas agrícolas deverão ocorrer de forma integrada e contínua, respeitando o cronograma estabelecido neste Termo de Referência, até a conclusão integral do objeto.

Habilitação jurídica

9.6 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

9.7. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada no sítio oficial do Governo Federal;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no responsabilidade limitada – EIRELI Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo correspondente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10%] do valor total estimado da contratação.

9.25.1. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Fornecimento de bens similares ao objeto da contratação.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 67 e seguintes, no tocante à qualificação técnica para fornecimento de bens.

9.31.1. A licitante deverá comprovar que a montagem e instalação das estufas serão executadas por profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, sendo obrigatória a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos da Lei Federal nº 6.496 /1977, a qual deverá ser apresentada antes do início da execução dos serviços.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a execução do objeto desta contratação é de R\$ 290.601,00 (Duzentos e noventa mil, seiscentos e um reais).

10.2. A estimativa de preços considerará valores praticados por fornecedores especializados, contratações similares realizadas por outros entes públicos e demais referências oficiais disponíveis, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração.

10.3. O valor estimado da contratação será consolidado no processo administrativo e constará do edital e dos demais instrumentos do certame, servindo como parâmetro para análise da compatibilidade das propostas apresentadas.

10.4. Os preços estimados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, transporte, montagem, instalação, testes operacionais e demais despesas correlatas, não sendo admitida a inclusão de valores adicionais após a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Congonhinhas-PR, bem como de recursos oriundos do Programa Rota do Progresso do Governo do Estado do Paraná, conforme previsto no Plano de Trabalho e no instrumento de convênio correspondente.

11.2. A contratação será atendida pelas dotações orçamentárias vigentes à época da contratação, a serem indicadas no processo administrativo, observada a classificação funcional-programática compatível com o objeto.

11.3. Caso necessário, as despesas poderão ser suplementadas por meio de créditos adicionais, nos termos da legislação orçamentária e financeira vigente.

11.4. A execução da despesa ficará condicionada à existência de saldo orçamentário suficiente e à observância das normas de responsabilidade fiscal aplicáveis.

11.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

FUNCIONAL: 20.608.0035.1.031

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, podendo ser divulgadas nos termos da legislação vigente, observado o interesse público.

12.2. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins, o Projeto Técnico – Anexo 20 e o Plano de Trabalho – Anexo 19, vinculados ao Programa Rota do Progresso do Governo do Estado do Paraná, bem como demais documentos constantes do processo administrativo.

12.3. Os casos omissos serão decididos pela Administração Municipal, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nas normas aplicáveis à espécie e nos princípios gerais que regem a Administração Pública.

12.4. A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de quaisquer condições contratuais não constituirá novação ou renúncia de direitos, permanecendo válidas e exigíveis todas as condições pactuadas.

12.5. Este Termo de Referência poderá ser ajustado, mediante justificativa técnica e administrativa, sempre que necessário para assegurar a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

INDIANARA CRISTINA PIRES

secretaria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

JUSTIFICATIVA

A utilização de orçamentos físicos para a estimativa do valor da contratação justifica-se em razão das características específicas do objeto, que compreende a aquisição e implantação de estufas agrícolas com dimensões, materiais, sistema de irrigação e condições de execução próprias, não padronizadas nos bancos de preços oficiais.

Ressalta-se que o Banco de Preços apresenta, em sua maioria, valores referenciais para aquisições padronizadas de bens ou serviços comuns, não contemplando, de forma adequada, a complexidade técnica, a customização do projeto, a mão de obra especializada e a integração dos sistemas envolvidos na implantação das estufas agrícolas.

Os orçamentos físicos permitem a identificação detalhada dos quantitativos e dos custos unitários, assegurando maior precisão na estimativa de preços, melhor planejamento da contratação e maior controle da execução contratual, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021

Destaca-se, ainda, que a legislação vigente admite a utilização de diferentes metodologias de estimativa de preços, desde que devidamente justificadas, sendo os orçamentos físicos o instrumento mais adequado ao objeto em questão, por refletirem com maior fidelidade a realidade de mercado e as condições locais de execução.

Dessa forma, a opção pela utilização de orçamentos físicos mostra-se tecnicamente fundamentada e compatível com o interesse público, não acarretando prejuízo à competitividade do certame ou à transparência do processo.

Congonhinhas 30 de janeiro de 2026.

Indianara Cristina Pires

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 25/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 003/2026

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda refere-se à necessidade de implantação de 10 (dez) estufas agrícolas para cultivo protegido de olerícolas e outras culturas compatíveis, no Município de Congonhinhas/PR, no âmbito do Programa Estadual Rota do Progresso, conforme Plano de Trabalho e Projeto Técnico aprovados.

2.2. A necessidade da contratação decorre da execução do Plano de Trabalho aprovado no âmbito do Programa Rota do Progresso, firmado entre o Município de Congonhinhas e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, que prevê a implantação de estufas agrícolas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

2.3. O Município apresenta predominância de pequenos produtores rurais, os quais enfrentam limitações produtivas decorrentes de fatores climáticos, sazonalidade e perdas frequentes de safras. A implantação de estufas agrícolas visa mitigar tais riscos, permitir o cultivo protegido durante todo o ano, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos.

2.4. A demanda está alinhada às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar e geração de renda no meio rural.

2.5. A contratação envolverá, de forma integrada, o fornecimento dos materiais, a construção e a instalação das estufas agrícolas, com entrega das unidades completas e operacionais nas propriedades de agricultores familiares previamente selecionados por chamada pública.

Problema a Ser Resolvido

2.6. A produção agrícola familiar no município é fortemente impactada por fatores climáticos adversos, como chuvas intensas, estiagens, geadas e variações bruscas de temperatura, além de limitações técnicas para diversificação produtiva.

2.7. A ausência de estruturas de cultivo protegido reduz a produtividade, aumenta perdas, limita o número de safras anuais e compromete a regularidade da oferta de alimentos, impactando negativamente a renda dos agricultores e o abastecimento local.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente	Indianara Cristina Pires

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá atender, de forma integral e cumulativa, aos requisitos técnicos, operacionais, administrativos e de qualidade abaixo descritos, sob pena de não aceitação do objeto.

4.2. Requisitos Técnicos e Funcionais

- a) Implantação de 10 (dez) estufas agrícolas completas, novas, padronizadas e plenamente operacionais;
- b) Cada estufa deverá possuir área mínima individual de 960 m², com dimensões aproximadas de 20 metros de largura por 48 metros de comprimento, admitindo-se pequenas variações desde que não comprometam a área útil mínima prevista no Projeto Técnico;
- c) Estrutura principal composta por madeira tratada, própria para uso externo, resistente à umidade, intempéries, pragas e ao ataque de fungos, garantindo estabilidade, durabilidade e segurança da estrutura;
- d) Cobertura confeccionada em filme plástico agrícola, com espessura mínima de 200 micras, dotado de proteção contra raios ultravioleta (UV), com propriedades adequadas à difusão de luz e à manutenção da temperatura interna;
- e) Sistema de ventilação natural, mediante cortinas laterais enroláveis, permitindo controle térmico e adequada circulação de ar no interior da estufa;
- f) Implantação de sistema completo de irrigação por gotejamento, compatível com a área da estufa, incluindo tubulações, gotejadores, conexões e demais componentes necessários ao pleno funcionamento;
- g) Adequação da estufa às condições climáticas locais, garantindo resistência estrutural mínima a ventos, chuvas e variações de temperatura características da região;
- h) Conformidade integral com o Projeto Técnico aprovado (Anexo 20) e com o Plano de Trabalho do convênio firmado com a SEAB.

4.3. Requisitos de Execução e Instalação

- a) O objeto deverá ser entregue instalado, não se admitindo o fornecimento apenas de materiais ou kits desmontados;
- b) A montagem e a instalação deverão ser realizadas por equipe técnica qualificada, sob responsabilidade integral da empresa contratada;
- c) A contratada deverá realizar vistoria prévia nos locais de instalação, verificando as condições mínimas necessárias para a implantação das estufas;

d) As estufas deverão ser entregues em pleno funcionamento, aptas ao uso imediato pelos agricultores beneficiários;

e) Todos os custos relacionados a transporte, mão de obra, equipamentos, ferramentas, montagem e ajustes finais deverão estar inclusos no preço contratado.

4.4. Requisitos de Qualidade, Garantia e Conformidade

a) Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, sem uso anterior ou recondicionamento;

b) A contratada deverá fornecer garantia mínima para a estrutura, cobertura e sistema de irrigação, conforme especificações técnicas e práticas de mercado;

c) A execução deverá observar as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de engenharia rural e segurança do trabalho;

d) O objeto será submetido à fiscalização e aceite da Administração, que poderá recusar parcial ou totalmente o objeto em caso de não conformidade com os requisitos estabelecidos.

4.5. Requisitos Administrativos e Legais

a) A contratação deverá observar integralmente os dispositivos da Lei nº 14.133/2021;

b) A execução do objeto deverá atender às condições previstas no convênio firmado com a SEAB, especialmente quanto às metas físicas e prazos;

c) O pagamento será efetuado após a entrega, instalação, vistoria e aceite definitivo das estufas, conforme previsto no instrumento contratual;

d) A contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo ou responsabilidade à Administração Pública.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado, constatando-se a existência de modelos padronizados de estufas agrícolas, com fornecimento e instalação por empresas especializadas.

5.2 As alternativas avaliadas incluíram:

5.2.1. Aquisição apenas dos materiais, com instalação pelo Município;

5.2.2. Fornecimento de estufas metálicas; ou

5.2.3 Fornecimento de estufas completas em madeira tratada, com instalação inclusa.

Análise das alternativas possíveis

5.3. A alternativa de aquisição apenas dos materiais foi descartada em razão da ausência de equipe técnica municipal especializada para a montagem, além do risco de inconsistências na instalação.

5.4. As estufas metálicas apresentaram custo superior e menor adequação à realidade dos agricultores familiares locais.

5.5. A opção por estufas em madeira tratada, com fornecimento e instalação completos, mostrou-se mais vantajosa, considerando o custo-benefício, facilidade de manutenção e aderência ao Projeto Técnico aprovado.

5.6. Ainda, foram consideradas as seguintes alternativas:

- a) Manutenção do cultivo a céu aberto: alternativa descartada por não mitigar riscos climáticos nem ampliar a produtividade;
- b) Aquisição de estufas sem instalação: descartada por transferir riscos técnicos aos beneficiários e comprometer a padronização;
- c) Contratação integrada de fornecimento e instalação das estufas: alternativa escolhida, por garantir padronização, eficiência, redução de riscos e entrega do objeto plenamente funcional.

5.3. Diante destas alternativas, e considerando a falta de condições e equipes técnicas qualificadas no quadro de servidores do Município, a solução adotada, com o fornecimento de estufas completas em madeira tratada, com instalação inclusa, mostrou-se a mais adequada do ponto de vista técnico, econômico e operacional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Aquisição de estufas modelo Bandeirantes ou similar, amplamente utilizadas na região Sul.

6.2 As estufas tipo Bandeirante caracterizam-se por serem estruturas de cultivo protegido de baixo custo, compostas por armação simples e cobertura em plástico agrícola, com ventilação lateral, adequadas à realidade da agricultura familiar. Esse modelo permite maior controle das condições climáticas, protegendo os cultivos contra chuvas excessivas, ventos, geadas e variações bruscas de temperatura.

6.3 A implantação das estufas será realizada em propriedades rurais previamente selecionadas, considerando critérios técnicos, produtivos e sociais, priorizando agricultores familiares regularmente enquadrados e com aptidão para o cultivo protegido.

6.4 Além do aspecto estrutural, a solução inclui acompanhamento técnico e monitoramento dos resultados, visando assegurar a correta utilização das estufas, a sustentabilidade ambiental e a efetividade do investimento público. Espera-se, com isso, promover a diversificação da produção agrícola, reduzir riscos climáticos, aumentar a eficiência produtiva e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do município.

6.5. A solução consiste na contratação integrada para aquisição e instalação de estufas agrícolas modelo Bandeirantes, com área aproximada de 960 m² a 1.000 m² por unidade, dotadas de:

- Estrutura em madeira tratada (eucalipto);

- Cobertura plástica difusora de luz, 200 micras, com proteção UV;
- Sistema de irrigação por gotejamento completo;
- Aberturas laterais enroláveis para ventilação natural.

6.6. As estufas serão instaladas em propriedades rurais previamente definidas no Plano de Trabalho, com acompanhamento técnico do município e do IDR-PR.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade de estufas foi definida com base nas metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado pela SEAB, que prevê o atendimento de 10 (dez) agricultores familiares previamente selecionados pelo Município.

7.2. Cada estufa terá área individual mínima de 960 m², conforme Projeto Técnico – Anexo 20.

7.3. A estimativa preliminar do valor da contratação é de R\$ 290.601,00 (duzentos e noventa mil, seiscentos e um reais), conforme valor aprovado no Plano de Trabalho – Anexo 19.

7.4. A definição do valor final dependerá de pesquisa de preços a ser realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 290.601,00

8.1 O valor total estimado da contratação é de **R\$ 290.601,00** (duzentos e noventa mil, seiscentos e um reais), obtido com base em pesquisa de preços junto a fornecedores, conforme metodologia prevista nos arts. 368 a 372 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e conforme demonstrado no Plano de Trabalho – Anexo 19.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Após análise técnica, administrativa e operacional da demanda, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da solução, devendo a contratação ocorrer de forma integrada, contemplando o fornecimento dos materiais, a montagem e a instalação das estufas agrícolas.

9.2. O parcelamento do objeto, com a separação entre aquisição dos materiais e execução da instalação, foi avaliado e descartado em razão dos seguintes fatores:

- a) Interdependência técnica entre fornecimento e instalação, uma vez que a correta montagem das estufas depende da compatibilidade entre os materiais, do método construtivo e das especificações técnicas do fabricante;
- b) Risco elevado de inconformidades técnicas, caso haja divisão de responsabilidades entre diferentes contratados, o que pode comprometer a estabilidade, a durabilidade e o desempenho das estruturas;
- c) Ausência de equipe técnica municipal especializada para executar ou gerenciar diretamente a instalação das estufas, o que aumentaria o risco de falhas na execução e de atrasos na entrega;

- d) Dificuldade de responsabilização em caso de defeitos, vícios construtivos ou falhas de funcionamento, situação que seria potencializada com a contratação de fornecedores distintos;
- e) Impacto negativo na padronização das estufas, essencial para o atendimento às metas do convênio firmado com a SEAB e para a fiscalização do objeto;
- f) Possível aumento de custos indiretos, decorrente da necessidade de coordenação entre contratos distintos, retrabalhos e correções técnicas.

9.3. Por outro lado, a contratação integrada permite maior eficiência administrativa, redução de riscos, garantia de padronização, clareza na responsabilização e entrega do objeto completo e plenamente funcional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

9.4. Dessa forma, a opção pela não divisão do objeto mostra-se tecnicamente justificada, proporcional e adequada à complexidade da solução, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar a correta execução da política pública e o atendimento aos objetivos do convênio.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Para a plena execução da solução proposta, poderão ser necessárias contratações correlatas e /ou interdependentes, as quais guardam relação direta ou indireta com o objeto principal, sem, contudo, se confundirem com ele. Destacam-se

10.1.1 Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural, visando orientar os agricultores beneficiários quanto ao manejo de cultivos protegidos, uso racional de insumos e manutenção das estufas.

10.1.2 Capacitação e treinamentos técnicos, presenciais ou remotos, voltados aos agricultores familiares, com foco em boas práticas agrícolas, sustentabilidade ambiental e segurança do trabalho.

10.1.3 Aquisição de insumos agrícolas iniciais, como mudas, sementes, substratos e fertilizantes, destinados ao início das atividades produtivas nas estufas.

10.2 Tais contratações, quando necessárias, deverão ser planejadas de forma integrada, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e segregação de objetos, de modo a assegurar a compatibilidade técnica, o adequado cronograma de execução e o atingimento dos objetivos do projeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está prevista no Plano de Trabalho (Anexo 19) e no Projeto Técnico (Anexo 20) do Programa Rota do Progresso, bem como compatível com o planejamento anual da Administração Municipal para o exercício vigente.

11.2. A contratação proposta encontra-se alinhada ao planejamento estratégico do Município, estando em consonância com as diretrizes e objetivos previstos nos instrumentos de planejamento e gestão, tais como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), quando aplicáveis.

11.3. A implantação de estufas tipo Bandeirante para a agricultura familiar contribui diretamente para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de emprego e renda no meio rural e a diversificação da produção agrícola, atendendo às políticas públicas voltadas ao incentivo da produção local e à segurança alimentar.

11.4. Assim, a aquisição das estufas modelo bandeirantes está alinhada às diretrizes de planejamento estratégico do Município

11.5. A solução proposta está compatível com o planejamento setorial da Secretaria responsável, bem como com programas e ações voltadas ao apoio ao pequeno produtor, à modernização da produção agrícola e à redução dos impactos climáticos na atividade rural.

11.6. Dessa forma, a contratação demonstra-se necessária, oportuna e coerente com o planejamento municipal, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o alcance dos resultados esperados, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação para implantação de estufas tipo Bandeirante destinadas à agricultura familiar proporcionará benefícios diretos e indiretos, de natureza econômica, social, produtiva e ambiental, destacando-se:

12.1.2 Aumento da produtividade agrícola, por meio da proteção dos cultivos contra adversidades climáticas e da maior eficiência no manejo produtivo.

12.1.3 Melhor qualidade e comercialização de produtos como hortaliças, tomates, pimentões e morangos.

12.1.4 Aumento de renda, pois produtos com melhor aparência e fora de época podem ser vendidos por preços mais altos

12.2. Dessa forma, a contratação contribuirá de maneira significativa para o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a efetividade do investimento público, atendendo ao interesse coletivo e às diretrizes da Administração Pública.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Compartilhamento dos arquivos de levantamento das propriedades rurais beneficiárias, considerando critérios técnicos como área disponível, acesso à água, aptidão produtiva e enquadramento como agricultor familiar.

13.2 Aquisição dos materiais necessários, conforme projeto aprovado, incluindo estrutura, cobertura plástica agrícola, fixadores e demais componentes essenciais e mão de obra para montagem

13.3. Abertura do processo licitatório ou procedimento equivalente, conforme previsto em lei;

13.4. Fiscalização da execução contratual por servidor designado pelo Escritório Regional da SEAB, para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

13.5 Acompanhamento e fiscalização da implantação, garantindo que as estufas sejam instaladas conforme as especificações técnicas e atendam aos objetivos do projeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A implantação de estufas tipo Bandeirante para a agricultura familiar poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, predominantemente positivos, desde que observadas as boas práticas agrícolas e ambientais. Destacam-se:

Impactos Positivos:

14.2 Redução da degradação do solo, em razão da proteção contra chuvas intensas e da menor incidência de erosão nas áreas cultivadas.

14.3 Uso mais eficiente da água, especialmente quando associada a sistemas de irrigação localizada, como gotejamento, reduzindo desperdícios.

14.4 Diminuição do uso de defensivos agrícolas, uma vez que o cultivo protegido reduz a exposição a pragas e doenças.

14.5 Aumento da produtividade em áreas menores, evitando a expansão de áreas agrícolas e contribuindo para a preservação de vegetação nativa.

14.6 Estímulo a práticas agrícolas sustentáveis, com melhor controle do ambiente produtivo e maior eficiência no manejo.

Impactos Potenciais Negativos:

14.7 Geração de resíduos plásticos, principalmente da cobertura agrícola ao final de sua vida útil, exigindo destinação ambientalmente adequada.

14.8 Alterações pontuais na paisagem rural, decorrentes da instalação das estruturas, sem caráter permanente ou irreversível.

14.9 Risco de manejo inadequado de insumos agrícolas, caso não haja orientação técnica adequada aos agricultores.

Medidas Mitigadoras:

14.10 Orientação técnica contínua aos beneficiários, quanto ao uso racional de insumos, manejo sustentável e conservação ambiental.

14.11 Destinação correta dos resíduos, especialmente plásticos agrícolas, preferencialmente por meio de reciclagem ou programas específicos de recolhimento.

14.12 Implantação das estufas em áreas já antropizadas, evitando supressão de vegetação nativa ou intervenções em áreas ambientalmente sensíveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

INDIANARA CRISTINA PIRES

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente



HIDRO ESTUFAS
RUA ITÁLIA, 239 – JARDIM SÃO MIGUEL.
CEP: 84900-000 – IBAITI PR- FON. (43) 3546-1034.
CNPJ: 40.571.801-0001-21.

Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

CNPJ : 01.612.556/0001-65

Orçamento

01 un Estufa Agricola Modelo Londrina 21,5m X 48m com irrigação

QTD.	DESCRIÇÃO	UN
4	Arame 14.	KG
3	Arame Ovalado. 1.000 MT. GERDAU	RLO
1	Bomba Sub. Centrifuga 2 HP Alta Vazão	UN
1	Cavalete Injetor + Filtro 1.1/2"	UN
1		
1	Filme 2,2 x 100 Saia NORTENE	BOB
3	Filme 4 x 100 x 0,100. Difusor Luz. NORTENE	BOB
1200	Fita de gotejo 20 cm	M
1	Kit. de Ferragem.	UN
1	Madeira Tratada.	KIT
100	Mangueira 1.1/2'.	M
1	Mão de obra/ Montagem.	UN
6	Prego/Grampo.	KG
1	Saida Bomba/ Caixa	UN
1	Tampão 1. 1/2 para Final de Linha.	UN
3	Tela Branca Anti-Inseto 3x50 NORTENE	UN
1	Torneirinhas/ Tampão/Xula 24UN	KIT
TOTAL	R\$	26.452,00

40.571.801/0001-21

JANETE APARECIDA DE
GOUVEIA
RUA ITÁLIA, 223 - JD SÃO MIGUEL
CEP 84.900-000
IBAITI - PR

HIDRO ESTUFAS – CULTIVO PROTEGIDO
03/09/2025, IBAITI-PR.



TECFERT AGRICOLA LTDA – ME CNPJ: 26.606.226/0001-24 INSC EST.: 90.736.835-10
AV. BRASIL, 3261 - CEP 87501-050 - fone: (44) 99815-9320/ 2020-0919
email: tecfertumarama@hotmail.com

ORÇAMENTO

Cliente:	Prefeitura Municipal de Congoinhas	CNPJ: 75.825.828/0001-88
Endereço:	Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro	
Localidade:	Congoinhas – PR	
Condições:		
Prazo Entrega:	45 dias	CEP: 86320-000
Vendedor:	Renan	Fone: (44) 2020 0919

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.(R\$)	Marca/ Modelo	Valor Total (R\$)
1	Estufa Agrícola Modelo Bandeirantes de 960m², dimensionada nas medidas de 20 metros de largura x 48 metros de comprimento com sistema de irrigação por gotejamento.	1	R\$ 36.000,00	Bandeirantes	R\$ 36.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 36.000,00		

Orçamento válido durante 180 dias.

Umuarama – PR, 10 de setembro de 2025.

26.606.226/0001-24

TECFERT AGRÍCOLA LTDA. - ME

AV. BRASIL, 3261 - ZONA VII

FONE: (44) 2020-0919

— 87.503-420 - UMUARAMA - PR —

Eng. Agr. Renan Rizzato Espessato
Proprietário da Tecfert Agrícola
CREA-PR 152464/D

RG: 10.417.758-1 CPF: 064.957.729-98

CNPJ: 26.606.226/0001-24



TECFERT AGRICOLA LTDA – ME CNPJ: 26.606.226/0001-24 INSC EST.: 90.736.835-10
AV. BRASIL, 3261 - CEP 87501-050 - fone: (44) 99815-9320/ 2020-0919
email: tecfertumarama@hotmail.com

ANEXO 1 - PROJETO TÉCNICO DAS ESTUFAS.

Item 1

1. Estrutura estufa.

A estufa será construída com Palanques de eucalipto tratado citridoro, com seguintes diâmetros: palanques externos com diâmetros de 10-12 cm e internos de 6-8 cm de 4 metros de altura, arame ovalado 15x17 mm de 700Kgf de carga de ruptura de fabricação nacional. As ancoras com comprimento de 1,40 metro (descontando os dois ganchos das extremidades) e com espessura de 10 mm (3/8" de polegadas) de diâmetro.

Com tela monofilamento branca 18% de 3 metros de largura nas 4 laterais, filme transparente de 100 micras UV na cobertura, filme transparente de 100 micras na proteção do "barrado".

Entrega dos materiais na propriedade, mão de obra especializada para montagem e entrega técnica.

2. Estrutura sistema de irrigação.

Irrigação por gotejamento com fita de gotejo com espaçamento de 20 por 20 centímetros, sendo 2 fitas por canteiro, considera-se 12 canteiros, tubo de PVC de 50mm de diâmetro, e conector com registro inicial 16mm em cada linha de gotejamento.

3. Observações adicionais.

Será de rsponsabilidade do contratante:

- O preparo da área de construção da estufa;
- Despesa com alimentação e hospedagem da equipe de montagem.

**VIVA AGRONEGÓCIOS**

KAIO RODOLFO DA SILVA TOMAZONI

CNPJ: 42.471.988/0001-17

Rua Principal, 235/ Vila Guay / Ibaiti - PR

Orçamento Nº 1679

Emissão: 03/09/2025 / Validade: 13/09/2025

Cliente:	Anonimo	Telefone:	
CPF/CNPJ:		Bairro:	
Endereço:	, nº ,	CEP:	
Cidade:	-	E-mail:	
Condições:	A Vista		
Vendedor:	KAIO RODOLFO DA SILVA TOMAZONI	Frete por conta:	Do Emitente

Produtos e Serviços

Código	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2314	PREGO C/CABECA 20 X 30 (2.3/4X7) POLIDO	2,00	R\$ 22,00	R\$ 44,00
253	LONA ESTUFA UV DL DM 2,20 X 100M X 0,100MM	1,00	R\$ 720,00	R\$ 720,00
278	montagem de estufa	1,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
264	Mangueira 1.1/2 3,00mm	100,00	R\$ 5,50	R\$ 550,00
36.401 00.100 D	LONA ESTUFA UV DL DM 4,0 X 100M X 0,100MM	3,00	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00
1455	FIM DE LINHA 16M/M PORCA RSB	24,00	R\$ 1,30	R\$ 31,20
1819	ARAME GALV. ALVORADA BWG 14 COMERCIAL ***	4,00	R\$ 24,00	R\$ 96,00
2313	PREGO C/CABECA 22 X 48 (4.1/4X5) POLIDO	2,00	R\$ 22,00	R\$ 44,00
00408 9	TG. DRIP-TECH 17MM-08MIL-1.6L/H-20CM X 1200M	1.200,00	R\$ 0,40	R\$ 480,00
565	0184 REGISTRO INICIAL 16MM PORCA RSB	24,00	R\$ 4,00	R\$ 96,00
113	PREGO GERDAU 17X27 CX20 ***	2,00	R\$ 22,00	R\$ 44,00
2584	ADAPTADOR C/ ROSCA EXT. DE 1 1/2" (25 UNIDADES)	1,00	R\$ 7,00	R\$ 7,00
3279	ARAME OVALADO 15X17 1000MT - GERDAU	3,00	R\$ 750,00	R\$ 2.250,00
177	TELA MOSQUITEIRO BRANCA 3,0X50M	3,00	R\$ 400,00	R\$ 1.200,00

233	GRAMPO GERDAU 19X11 CX20 ***	4,00	R\$ 22,00	R\$ 88,00
3112	FILTRO PLASTICO AZUD MODULAR 100 ROSCA 2" DISCO 120 MESH	1,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
154	CAP ROSCAVEL 1.1/2	1,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
2819	MANGOTE 32MM(39 A 47) 1.1/2" A 1.7/8" (Ped. N 965)	3,00	R\$ 13,00	R\$ 39,00
1885	VERGALHAO CA50 8.00MM DOBRADO 12M SIMEC ***	9,00	R\$ 45,00	R\$ 405,00
2814	VERGALHAO CA60 4,2MM DOBRADO 12M SINOBRAS ***	3,00	R\$ 18,00	R\$ 54,00
15068 0001	KIT INJETOR VENTURI 1 VALVULADO COM MANGUEIRA 2M	1,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00
2647	kit madeira de 4,5m para estufa de 1000m	1,00	R\$ 7.250,00	R\$ 7.250,00
			Total	R\$ 24.728,20

Totais

Frete	Desconto	Total Sem Desconto	Total Final
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.728,20	R\$ 24.728,20

Observações

--

Assinatura do Cliente:

Assinatura do Vendedor:



Relatório de Cotação: estufas

Pesquisa realizada entre 02/03/2026 09:47:38 e 02/03/2026 09:56:07

Relatório gerado no dia 02/03/2026 09:57:01 (IP: 138.97.134.132)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: aquisição e instalação de 10 estufas. aquisição e instalação de estufas sendo que cada unidade de estufa deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes: - estrutura de 1.000 m² (20m x 50m), metálica ou madeira tratada; - lona plástica transparente

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 3	10	R\$ 34.633,33 (un)	-	R\$ 34.633,33	100%	R\$ 346.333,30

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE LARANJAL / 439 - Unidade Única	95684536000180-1-000083/2025	26/11/2025	R\$ 39.000,00
2	MUNICIPIO DE UMUARAMA / 76247378000156 - Unidade administrativa	76247378000156-1-000222/2025	18/11/2025	R\$ 33.900,00
3	75.377.200/0001-67 - MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA	75377200000167-1-000035/2025	26/06/2025	R\$ 31.000,00
Valor Unitário				R\$ 34.633,33

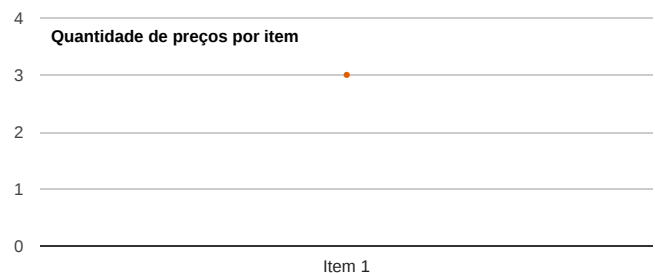
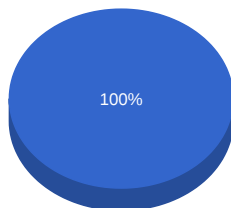
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 33.900,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 34.633,33

Valor Global: R\$ 346.333,30

Valor do item em relação ao total

1) aquisição e...



Detalhamento dos Itens



Item 1: aquisição e instalação de 10 estufas. aquisição e instalação de estufas sendo que cada unidade de estufa deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes: - estrutura de 1.000 m² (20m x 50m), metálica ou madeira tratada; - lona plástica transparente

Preço Estimado: R\$ 34.633,33 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 34.633,33	Média dos Preços Obtidos: R\$ 34.633,33
------------------------------------	---------------	---	---

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	aquisição e instalação de 10 estufas. aquisição e instalação de estufas sendo que cada unidade de estufa deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes: - estrutura de 1.000 m² (20m x 50m), metálica ou madeira tratada; - lona plástica transparente 100 micras (4x100m), anti-uv (1.260,00); - arame galvanizado nº 14 e 15 awg (3 kg); - vigamento de madeira (cambará) 5x10 cm x 4 m (0,50 m3); - ripas de eucalipto tratado 4 m (12 peças) e grampos metálicos (19x11-1x9 pol cx20) - varas/palanque de eucalipto tratado ø 10?12 cm x 4 m (125 um); - ferro 10 mm para travamento (br 12 m = 08 peças); - sistema de irrigação com fita gotejadora, conectores, filtro e bomba elétrica 3 cv (fita gotejadora gotejo 8 mil 10cm 1,2l/h ? 1000 metros, tubo pn60 pbl 50 mm 02 und, filtro plastico de disco stf 120 mesh 1', tubo sold agropecuário pn60 dn 25 09 un d, bomba 3,0 cv monofásica 127/220-254v); - cavalete e conexões hidráulicas 45 mm (adpatador, registro de esfera,curva registro inicial, final de lina 16mm, tee soldavel, cur	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

R\$ 39.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão:	MUNICIPIO DE LARANJAL / 439 - Unidade Única	Data:	26/11/2025 09:00
Objeto:	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 10 (DEZ) ESTUFAS AGRÍCOLAS COMPLETAS DE 1.000 M² CADA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
Descrição:	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 10 ESTUFAS. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTUFAS SENDO QUE CADA UNIDADE DE ESTUFA DEVERÁ CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE COMPONENTES: - ESTRUTURA DE 1.000 M² (20M X 50M), METÁLICA OU MADEIRA TRATADA; - LONA PLÁSTICA TRANSPARENTE - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE 10 ESTUFAS. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTUFAS SENDO QUE CADA UNIDADE DE ESTUFA DEVERÁ CONTEMPLAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE COMPONENTES: - ESTRUTURA DE 1.000 M² (20M X 50M), METÁLICA OU MADEIRA TRATADA; - LONA PLÁSTICA TRANSPARENTE 100 MICRAS (4X100M), ANTI-UV (1.260,00); - ARAME GALVANIZADO Nº 14 E 15 AWG (3 KG); - VIGAMENTO DE MADEIRA (CAMBARÁ) 5X10 CM X 4 M (0,50 M3); - RIPAS DE EUCALIPTO TRATADO 4 M (12 PEÇAS) E GRAMPOS METÁLICOS (19X11-1X9 POL CX20) - VARAS/PALANQUE DE EUCALIPTO TRATADO Ø 10?12 CM X 4 M (125 UM); - FERRO 10 MM PARA TRAVAMENTO (BR 12 M = 08 PEÇAS); - SISTEMA DE IRRIGAÇÃO COM FITA GOTEJADORA, CONECTORES, FILTRO E BOMBA ELÉTRICA 3 CV (FITA GOTEJADORA GOTEJO 8MIL 10CM 1,2L/H ? 1000 METROS, TUBO PN60 PBL 50 MM 02 UND, FILTRO PLASTICO DE DISCO STF 120 MESH 1', TUBO SOLD AGROPECUÁRIO PN60 DN 25 09 UND, BOMBA 3,0 CV MONOFÁSICA 127/220-254V); - CAVALETE E CONEXÕES HIDRÁULICAS 45 MM (ADPATADOR, REGISTRO DE ESFERA,CURVA REGISTRO INICIAL, FINAL DE LINA 16MM, TEE SOLDABEL, CUR	SRP:	NÃO
		Identificação:	95684536000180-1-000083/2025
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Homologação:	28/11/2025 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	10
		Unidade:	UNIDADE
		UF:	PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
42.626.286/0002-46	BUENO & JASKIW LTDA	R\$ 39.000,00
VENCEDOR		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 33.900,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



Órgão: MUNICIPIO DE UMUARAMA / 76247378000156 - Unidade administrativa

Objeto: a Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de estufa modelo Bandeirantes, com área total de 960m²(20 metros de largura por 48 metros de comprimento), equipada com sistema interno de irrigação por gotejamento, incluindo fornecimento dos materiais, entrega no local e montagem da estrutura , em atendimento a proposta/convênio 559/2025 SEAB, que celebram entre si o Governo Estadual por intermédio da SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento) e o Município de Umuarama/PR.

Descrição: Estufa modelo Bandeirantes, com área total de 960m²(20 metros de largura por 48 metros de comprimento), equipada com sistema interno de irrigação por gotejamento, incluindo fornecimento dos materiais, - Estufa modelo Bandeirantes, com área total de 960m²(20 metros de largura por 48 metros de comprimento), equipada com sistema interno de irrigação por gotejamento, incluindo fornecimento dos materiais,

Data: 18/11/2025 08:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 76247378000156-1-000222/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 02/12/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 40

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.606.226/0001-24 *VENCEDOR*	TECFERT AGRICOLA LTDA	R\$ 33.900,00

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

R\$ 31.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 75.377.200/0001-67

Órgão: MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Objeto: Aquisicao de estufas agricolas incluindo elaboracao do projeto da estufa entrega dos materiais na propriedade mao de obra especializada para montagem da estufa e entrega tecnica no final da obra conforme Convenio n 029 2025 DEAGRO firmado entre a SEAB e o Municipio de Cidade Gaucha PR.

Descrição: Estufas agricolas modelo bandeirantes de 960 m 20 x 48 m com tela modelo claril de 3 metros de largura nas 4 laterais filme agricola com difusor de luz de 100 micras na cobertura filme agricola com difusor de luz de 100 micras na protecao do barrado palan - Estufas agricolas modelo bandeirantes de 960 m 20 x 48 m com tela modelo claril de 3 metros de largura nas 4 laterais filme agricola com difusor de luz de 100 micras na cobertura filme agricola com difusor de luz de 100 micras na protecao do barrado palanque de eucalipto tratado de 4 metros e arame liso de 700Kgf de carga de ruptura de fabricacao nacional.

Data: 26/06/2025 08:20

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 75377200000167-1-000035/2025

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 21/07/2025 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 5

Unidade: UNIDADE

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.606.226/0001-24 *VENCEDOR*	TECFERT AGRICOLA LTDA	R\$ 31.000,00





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 02/03/2026 09:47:38

Acessar a fonte [aqui](#)

